



PLATFORM FOR DIALOGUE FOR CONFLICT RESOLUTION IN CABO DELGADO

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS | www.cddmoz.org

Sexta - feira, 2 de Julho de 2021 | Ano 1, n.º 2 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

NO DEBATE ORGANIZADO PELO CDD

Autoridades, sector privado e sociedade civil reconhecem importância do diálogo para resolução do conflito em Cabo Delgado

Representantes do Governo central e provincial de Cabo Delgado, actores do sector privado nacional e internacional e especialistas em resolução de conflitos juntaram-se na quarta-feira, 30 de Junho, para discutir as estratégias sobre como resolver o problema do extremismo violento e terrorismo e permitir o retorno seguro das populações deslocadas para as suas zonas de origem. O debate virtual foi organizado pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) no âmbito da iniciativa denominada "Plataforma de Diálogo para a Resolução do Conflito em Cabo Delgado".



Um dos convidados de honra foi o Governador da Província de Cabo Delgado, Valige Tauabo, que iniciou o seu discurso de abertura do *webinar* destacando a importância da iniciativa do CDD: "Esta iniciativa anima as autoridades e a sociedade de Cabo Delgado, pois as nossas perspectivas

e desafios serão discutidos por especialistas que irão propor soluções informadas para o restabelecimento da segurança, retorno das populações deslocadas e retoma dos investimentos. Queremos assegurar que estamos abertos para participar em iniciativas similares e discutir abertamente o extremismo vio-



OMAR SARANGA

(Coronel de infantaria

Director Nacional de Políticas da Defesa Nacional)



VALIGE TAUABO

(Governador da Província
de Cabo Delgado)

lento na nossa província”.

Além de causar dezenas de mortos e milhares de deslocados, os ataques de Março à vila sede do Distrito de Palma precipitaram a paralisação dos trabalhos de construção do complexo industrial de LNG em Afungi, liderado pela petrolífera francesa Total. Cerca de 420 empresas (entre nacionais e estrangeiras) contratadas para a prestação de serviços e fornecimento de bens foram forçadas a retirar-se de Palma e outras a encerrar as portas, depois da petrolífera Total declarar força maior no projecto Mozambique LNG.

Em Cabo Delgado, foram mais de 40 empresas forçadas a encerrar devido aos ataques terroristas, empurrando mais de duas mil pessoas para o desemprego. Por isso, o Governador de Cabo Delgado considera urgente a mobilização de investimentos públicos e privados para a criação de empregos para jovens como forma de desencorajar a radicalização da juventude e a sua consequente adesão aos grupos terroristas. “Cabo Delgado continua sendo um destino preferencial para o investimento”. Sobre a segurança em Cabo Delgado, Valige Tauabo disse que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) estão permanentemente no terreno e empenhadas na criação de condições de segurança para permitir o retorno seguro das

populações deslocadas.

Em representação do Ministério da Defesa Nacional (MDN) esteve o Coronel Omar Saranga, Director Nacional da Política de Defesa. Na sua intervenção, defendeu que o Estado moçambicano incentiva o diálogo como instrumento de resolução de conflitos, mas fez notar que esse diálogo só será possível se houver um interlocutor válido para o efeito. “Defendemos um diálogo pautado pela transparência e pela ética e reafirmamos o seu papel na defesa da soberania e integridade territorial e no respeito pelos direitos humanos”, disse.

O Director Nacional da Política de Defesa fez questão de lembrar que todos os actores sociais, como organizações da sociedade civil, académicos, sector privado, confissões religiosas e actores políticos têm um papel a desempenhar no restabelecimento da paz em Cabo Delgado e na assistência às vítimas do extremismo violento e terrorismo. “Os jovens terroristas arrependidos podem apresentar-se juntos das autoridades e lideranças comunitárias que eles serão recebidos e integrados na sociedade”, disse o Coronel Omar Saranga, acrescentando que o Presidente da República já instruiu as estruturas locais e as FDS para receberem, sem retaliação, os jovens que abandonam os grupos terroristas por arrependimento.

“Privilegiar a assistência humanitária aos deslocados e promover o diálogo”, Comfort Ero, do ICG

O webinar de quarta-feira contou com a presença da Comfort Ero, especialista em prevenção, mediação e resolução de conflitos e Vice-Presidente do *International Crisis Group* (ICG) e Chefe do Programa de África na mesma organização. Citando dados da pesquisa realizada pela *International Crisis Group*, Comfort Ero disse que o grupo terrorista que actua em Cabo Delgado tende a crescer e está a operar por terra e através da costa. “Neste momento estimamos em cerca de 15 mil homens recrutados, não só em Cabo Delgado, mas também em outras províncias. Olhamos para a resposta do Governo: sem dúvidas que ela tem sido muito fraca. As Forças Armadas têm sido alvos preferências dos grupos terroristas”.

A pesquisa constatou igualmente a existência de uma forte pressão internacional para intervir em Cabo Delgado. E essa pressão justifica-se pelo risco de expansão do conflito pela região: “a região pode ser uma plataforma para a expansão de grupos terroristas com ligação ao ISIS”. Apesar de reconhecer a importância da resposta militar interna e externa no combate ao extremismo violento, a especialista alertou que ela, por si só, não será suficiente. “A opção militar pode ser certa, mas é sempre fundamental considerar os aspectos locais, a dinâmica local. O Governo e os parceiros internacionais devem abordar as causas do conflito e reconquistar a confiança das comunidades e a legitimidade das autoridades”, defendeu.



COMFORT ERO

(Vice-Presidente e Chefe do Programa para África, International Crisis Group)

Numa altura em que o Banco Mundial está a mobilizar mais de um bilião de dólares para financiar a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), Comfort Ero defendeu que o dinheiro deve ser usado para a promoção do desenvolvimento local, como forma de estimular a confiança das comunidades. “Igualmente, é preciso privilegiar a assistência humanitária às populações deslocadas e promover o diálogo entre as Forças Armadas e as lideranças locais. Sem um diálogo inclusivo dificilmente teremos este conflito terminado”, defendeu.

“É preciso ter cuidado para evitar que a intervenção militar traga consequências negativas”, Liesel Louw-Vaudran, do ISS

Por sua vez, Liesel Louw-Vaudran, do *Institute for Security Studies (ISS)*, lembrou que já em Agosto de 2020 a sua organização de pesquisa sobre segurança defendia que a SADC devia intervir para combater a insurgência em Moçambique. “Era preciso evitar a radicalização, promover a assistência humanitária e abordar as causas da insurgência”, destacou. Na cimeira extraordinária da SADC realizada na semana passada em Maputo, os líderes da região aprovaram a proposta de uma intervenção militar em Moçambique e esta semana foi divulgado um orçamento de 12 milhões de dólares para as despesas das operações em Cabo Delgado.

A pesquisadora Liesel Louw-Vaudran olha para a decisão dos líderes da região como oportuna, defendendo que a ameaça terrorista é séria e o conflito pode atravessar as fronteiras de Moçambique. Ainda assim, a pesquisadora do Institute for Security Studies diz que a SADC é uma “organização fraca” e sem poder para se impor quando necessário. E destacou a existência de opções militares para Moçambique, como é o caso do Ruanda, País da África Central que está a preparar o envio de forças especiais para Cabo Delgado.



LIESEL LOUN-VAUDRAN
(Institute for Security Studies)

Mas alertou que Moçambique precisa de uma intervenção militar que não traga consequências negativas. “A Tanzânia pode desempenhar um papel-chave no conflito em Moçambique, mesmo que tenha deixado claro que não irá contribuir com militares para a intervenção da SADC”.

Empresas petrolíferas e agências humanitárias exortadas a promover o conteúdo local

Em representação do sector privado de Cabo Delgado esteve presente Yacoob Oscman, que lamentou o facto de as empresas petrolíferas e as organizações humanitárias que operam naquela província não estarem a trabalhar com o sector privado local. “Se as empresas petrolíferas querem operar em ambiente de segurança e paz devem trabalhar com os empresários locais. Elas devem se adaptar à realidade do empresariado de Cabo Delgado, relaxando as suas exigências e requisitos para o fornecimento de bens e prestação de serviços. Estamos a verificar o esforço das empresas moçambicanas em cumprir com os requisitos exigidos



OSMAN YACOB
(Empresario de Cabo Delgado)

pelas petrolíferas, mas não notamos o mesmo esforço do lado contrário. Nós gostaríamos de ter uma Total mais dialogante, mais participativa e mais moçambicana”.

Quanto às agências humanitárias, Yacoob Oscman defende que elas deveriam dar exemplo no apoio ao conteúdo local da província. “As agências deviam comprar localmente os produtos que usam para assistir aos deslocados. É importante começarmos a promover as políticas de inclusão social. O representante do sector privado de Cabo Delgado chegou mesmo a propor um webinar organizado pelo CDD com as agências humanitárias que actuam em Cabo Delgado para discutir questões de conteúdo local. “A solução militar é importante, mas temos que investir mais na inclusão social. Criar oportunidades de emprego para jovens é uma forma de eliminarmos o recrutamento para as fileiras dos grupos terroristas e de conter a violência extrema”.

Yacoob Oscman lembrou que Cabo Delgado tem reservas de gás natural de classe mundial, para depois questionar: “Não sei se o parceiro que escolhemos para investir em Cabo Delgado é o melhor. Onde a França entra para extrair recursos sempre há violência. Verificamos isso em muitos países africanos e estamos a viver agora em Moçambique. São questões que temos que discutir. O amiguismo não existe apenas em Moçambique. Ele começa muito longe e desemboca aqui sem ganhos para o País”.

Moderado pelo Prof Adriano Nuvunga, Director do CDD, o debate contou com a participação da representante da Total, Delphine



DELPHINE FAUQUE
(TOTAL)

Fauque. “Vamos retomar as actividades assim que as condições de segurança estiverem repostas. Precisamos de ter um ambiente de segurança para permitir o desenvolvimento do projecto de LNG. Temos uma política de direitos humanos e estamos comprometidos em trabalhar e a dialogar com o Governo e com as comunidades de Afungi”, explicou.

No campo social, Delphine Fauque disse que a Total vai continuar a apoiar iniciativas humanitárias e a monitorar de perto a situação da população de Afungi, através do diálogo com os líderes locais. “Planeamos continuar a trabalhar com núcleos provinciais na área de formação em direitos humanos. Agradecer ao CDD pelo convite e dizer que a Total está interessada em continuar com o diálogo”.



RICHARD RANDS
(Conselheiro do CDD)



JÚLIA WACHAVE
(Directora da Asso. para a Protecção
da Mulher e da Rapariga)

Melhorar a segurança, promover o diálogo e investir no apoio psicossocial das vítimas

Já o especialista do CDD, Richard Rands, alertou que existem muitos conflitos em África que evoluíram para níveis alarmantes porque não foram abordados adequadamente, isto é, não se investiu no diálogo. “Temos uma resposta militar que tentar conter a violência e algumas iniciativas de desenvolvimento, como a ADIN. Mas precisamos de ter uma resposta coordenada, coerente e que incluiu o diálogo como mecanismo para a resolução do conflito”.

Richard Rands defendeu que, apesar de ter influências externas, o conflito em Cabo Delgado tem raízes locais e chamou atenção para a necessidade de evitar-se que a intervenção externa piore a situação. “Temos que melhorar a segurança sem esquecer as questões humanitárias, sociais e económicas. Mas uma resposta coerente para o conflito em Cabo Delgado passa por um diálogo inclusivo e é isso que o CDD está a promover”.

Julie Wachave, da Associação para a Protecção da Mulher e Rapariga de Cabo Delgado, começou por dizer que 75% dos deslo-

cados são mulheres e crianças que precisam de apoio psicossocial, alimentar e de abrigo. “Trabalhamos nos centros de acolhimento de deslocados onde prestamos ajuda legal, psicossocial e humanitária. Gostaria de enfatizar a necessidade de apoio psicossocial para os deslocados. Precisamos de ter um centro de atendimento integrado para assistir e reabilitar as vítimas da violência. Notamos que há falta de articulação entre vários actores envolvidos na assistência humanitária em Cabo Delgado”.

Além da falta de coordenação institucional, Julie Wachave falou das dificuldades no acesso à informação sobre a situação humanitária e de segurança em Cabo Delgado. “Há falta de informação essencial tanto para as organizações que trabalham na assistência aos deslocados tanto para as próprias vítimas. Notamos também que há falta de legislação sobre o extremismo violento em Moçambique. É um fenómeno novo em Moçambique e não temos muita experiência sobre como lidar com certos casos que nos chegam”.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Adriana Nhancale
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschield, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

